



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

# **PROJETO DE LEI N.º 3.401, DE 2015**

**(Do Sr. Luiz Lauro Filho)**

Institui o Plano Nacional de Gestão, Conservação e Reuso de Água.

**DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PL-7818/2014.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Fica instituído o Plano Nacional de Gestão, Conservação e Reuso de Água, consonante às Políticas Nacionais de Recursos Hídricos, de Meio Ambiente, de Desenvolvimento Urbano, de Saneamento Básico e de Saúde.

**Art. 2º** Para fins desta Lei, considerara-se água de reuso:

I – As águas cinzas;

II – Águas Pluviais;

III – Efluentes tratados;

**Art. 3º** Competirá a União, aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal elaborar, no âmbito de suas circunscrições, os respectivos planos de Gestão, Conservação e Reuso de Água

§ 1º O Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), publicará, dezembro de cada ano, resolução estabelecendo os critérios gerais para a prática de reúso direto não potável de água.

§ 2º Os Planos de que tratam o Caput deste artigo deverão ser consoantes ao estabelecido no § 1º e elaborados a cada dois anos, devendo

I – Fixar metas de implantação de curto, médio e longo prazos;

II – Estabelecer regras para edificações, condomínios, plantas industriais, prédios e espaços públicos ;

III – Rever e adequar , ao final de cada biênio, o cumprimento de metas levando em considerações aspectos regionais e climáticos.

§ 3º Os entes federativos, no âmbito de suas competências, poderão oferecer incentivos fiscais a pessoas, físicas ou jurídicas, concessionárias, sociedades e empresas de serviço e tratamento de água que efetivem a implantação dos Planos de Gestão, Conservação e Reuso de Água.

I - Aos municípios, será facultada a instituição de incentivos fiscais com base no IPTU com valores não superiores a 5% do imposto devido;

I - Aos Estados, será facultada a instituição de incentivos fiscais com base no ICMS com valores não superiores a 2% do imposto devido;

**Art. 4º** No âmbito da Indústria, os planos de Gestão, Conservação e Reuso de Água deverão contemplar aspectos de qualidade e eficiência, otimização do uso da água, determinação do potencial de reuso de água, aproveitamento de águas pluviais, a racionalização, a redução do consumo e a prática de reuso.

Parágrafo Único. As indústrias ou plantas industriais deverão adequar-se a um ponto de mínimo consumo de água de acordo com o estabelecido no Art. 3º desta Lei.

**Art. 5º** Em edificações coletivas, no âmbito da construção civil, os planos de Gestão, Conservação e Reuso de Água deverão estabelecer regras para a utilização de sistemas que permitam a utilização de águas pluviais ou de reuso.

Parágrafo Único. Em âmbito municipal, de acordo com o estabelecido no Art. 3º desta Lei, os projetos de edificações coletivas, condominiais, comerciais ou residenciais, terão como condicionante para a sua aprovação a utilização de sistemas referidos no caput deste artigo.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Inspirada no emprego da Água de Reuso em Campinas, este texto base, de proposta de Projeto de Lei, objetiva incentivar a adoção de Planos de Gestão, Conservação e Reuso de Água em todo o campo federativo.

A União, Estados e Municípios deverão, respeitando suas competências e observando características regionais e climáticas, estabelecer regras, metas e diretrizes para que a prática do reuso possa ser adotada gradualmente.

Nesse sentido, esta proposta foi apresentada à Comissão Especial “Destinada a estudar e debater os efeitos da Crise Hídrica, bem como propor medidas tendentes a minimizar os impactos da escassez de água no Brasil – CEHIDRIC”.

Inicialmente, o projeto norteia a adoção de água de reuso pela Indústria e pela Construção Civil, deixando a cargo dos entes federativos especificar sua implantação.

Pela abrangência de fatores que culminaram com a crise hídrica no Brasil, esta proposição não pretende ser definitiva nem tem por objetivo que sua adoção venha a sanar o problema, mas sim ser uma das ações de uma nova prática sustentável pelos órgãos governamentais e pela sociedade.

Sala das Sessões, 22 de outubro de 2015.

**Luiz Lauro Filho**

Deputado Federal

(PSB/SP)

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------